

MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO	08/04/2026 10:00 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		013/2026

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos na **especialidade de Oftalmologia**, destinados ao atendimento de pacientes do Hospital da Vida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

ITEM	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quant
01	12920	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos na especialidade de Oftalmologia, destinados ao atendimento de pacientes do Hospital da Vida.	Plantão Sobreaviso	365

1.2. Da natureza do objeto

1.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 786, de 09 de novembro de 2021.

1.3. Da Modalidade da Contratação

1.3.1. Será adotada a modalidade Pregão, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua e essencial do serviço a ser contratado, cuja execução demanda prestação ininterrupta para atendimento das necessidades assistenciais do Hospital da Vida.

1.3.2. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP).

1.4. Do tratamento diferenciado

1.4.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado e simplificado previsto para as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 331/2017, considerando que o valor estimado global do item ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00. No entanto, serão garantidos os demais benefícios previstos na legislação para essas categorias.

1.5. Do critério de julgamento

1.5.1. O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço por Item**.

1.6. Do intervalo entre lances

1.6.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, tanto intermediários quanto os que cobrirão a melhor oferta, será de R\$ 1,00 (um real).

1.7. Do modo de disputa

1.7.1. O modo de disputa será **aberto e fechado**.

1.8. Da vedação à participação em consórcio

1.8.1. Não será admitida a participação de consórcios, devido a prestação de serviços médicos, exigir um alto grau de especialização técnica e responsabilidade individual. Quando um consórcio é formado por diversas empresas, a atribuição clara de responsabilidades pode ser prejudicada, uma vez que as empresas consorciadas podem ter diferentes áreas de atuação e especialização. Isso pode dificultar a garantia de que a equipe técnica fornecida será especializada e qualificada na área, comprometendo a qualidade do atendimento prestado.

1.9. Da vedação à participação de cooperativas.

1.9.1. Não será admitida a participação de cooperativas. A vedação fundamenta-se na observância ao Princípio Constitucional da Eficiência (Art. 37 da Constituição Federal), uma vez que a participação de cooperativas poderia dificultar a gestão contratual, especialmente no que se refere à assinatura de aditivos e autorizações de pagamento, que exigiriam anuência de todos os cooperados, comprometendo a agilidade e a eficácia da execução contratual.

1.10. Da vigência do contrato

1.10.1. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, nos termos dos artigos 106 e 107 da lei nº 14.133 /2021, respeitando a vigência máxima decenal de 10 (dez) anos conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, e desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto da legislação vigente.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos na área de Oftalmologia justifica-se pela necessidade de assegurar atendimento técnico qualificado aos pacientes atendidos no Hospital da Vida, especialmente aqueles em regime de urgência e emergência. A execução dos serviços por profissionais com formação específica, certificações atualizadas e experiência comprovada na área contribui para a realização de diagnósticos precisos e para a condução adequada de procedimentos oftalmológicos, reduzindo riscos de intercorrências e complicações clínicas.

2.2. Ademais, a contratação de serviços especializados em Oftalmologia contribui para a manutenção da qualidade assistencial, garantindo maior segurança aos pacientes e eficiência na prestação dos serviços de saúde. Considerando que as demandas relacionadas à saúde ocular exigem elevado grau de precisão técnica e constante atualização profissional, a disponibilização de atendimento especializado possibilita maior agilidade no diagnóstico e tratamento das urgências oftalmológicas, evitando atrasos assistenciais, prevenindo o agravamento de quadros clínicos e promovendo maior resolutividade no cuidado ao paciente.

2.3. Nesse contexto, a contratação tem por finalidade assegurar a disponibilização de equipe médica especializada e devidamente habilitada para a realização de consultas, exames, procedimentos ambulatoriais e intervenções cirúrgicas oftalmológicas, contemplando a oftalmologia geral e suas eventuais subespecialidades, conforme a demanda da unidade hospitalar. Tal medida visa garantir atendimento integral, contínuo e de qualidade aos usuários do sistema de saúde atendidos pelo Hospital da Vida.

3. Descrição da solução

3.1. O presente processo licitatório tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos na especialidade de Oftalmologia, destinados ao atendimento de pacientes do Hospital da Vida, unidade da FUNSAUD, em conformidade com as normas dos órgãos de classe e entidades de fiscalização profissional, garantindo atendimento adequado aos usuários da Contratante.

3.2. Após análise das possíveis alternativas de solução, verificou-se que o meio mais viável para a contratação do Serviço Médico Especializado em Oftalmologia é a utilização da modalidade Pregão Eletrônico, conforme os termos da Lei 14.133/2021, que incita a competição entre fornecedores e, ao mesmo tempo, assegura a transparência, a legalidade, a igualdade e isonomia, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência, a celeridade e a economicidade. Este procedimento possibilita maior controle social do processo, garantindo maior clareza e fiscalização pública.

3.3. O objeto a ser adquirido inclui serviços com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, permitindo, assim, a licitação por meio da modalidade Pregão Eletrônico. Podem participar deste processo quaisquer pessoas jurídicas legalmente constituídas que atendam às exigências do edital e seus anexos, e que apresentem capacidade técnica comprovada na prestação de serviços médicos na área de Oftalmologia.

4. Requisitos da contratação

4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais médicos devidamente habilitados na especialidade de Oftalmologia, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM e, quando aplicável, comprovação de especialização ou título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina ou pela Associação Médica Brasileira. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes, bem como em estrita observância às normas técnicas aplicáveis à área da saúde, especialmente aquelas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos reguladores.

4.1.2. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial os normativas do Ministério do Trabalho;

4.1.3. Os serviços objeto do presente certame serão executados diariamente por meio de plantão de sobreaviso, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa da Instituição, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria;

4.1.4. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico financeira necessárias à contratação com a Administração Pública, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante.

4.2. São requisitos de qualificação técnica:

4.2.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas direito público ou privado;

4.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.3. Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

4.3.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional;

4.3.2. A contratação dos serviços de oftalmologia tem natureza continuada por serem necessários ao atendimento as necessidades das atividades do Hospital da Vida, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da instituição;

4.3.3. Além de ser prestado de forma contínua, a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do art. 6º, XII da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado;

4.3.4. Esclarece-se que a execução dos serviços objeto desta contratação não implica na criação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante. Com isso fica expressamente proibida qualquer forma de relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta entre as partes.

4.4. DA VISTORIA

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é optativa, sendo ofertada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das **08h às 15h**; Agendamento pelo telefone **3420-7800** e pelo **e-mail: dm.hvida@dourados.ms.gov.br**.

4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.4.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus decorrentes.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/etapa/ aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial, já que o serviço será prestado por profissionais que possuam vínculo com a contratada.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.6.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.6.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.6.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.7. Requisitos Temporais

4.7.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7.2. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução: **até 8 (oito)** dias corridos após a emissão da ordem de serviço

5.2. Forma de Prestação dos serviços:

5.2.1. Os serviços médicos objetos desta contratação serão prestados no Hospital da Vida (HV), localizado na Rua: **Toshinobu Katayama, nº 949, Jardim Caramuru, CEP 79806-030**, no município de Dourados/MS, nos casos de avaliações e consultas. Nos casos de procedimentos, estes serão realizados nas dependências da CONTRATADA, devidamente equipadas para a execução de consultas e procedimentos oftalmológicos de urgência. Devido ao Hospital da vida não dispor de infraestrutura e equipamentos para os procedimentos oftalmológicos especializados.

5.2.2. O atendimento será em **escala de sobreaviso 24 horas**, conforme solicitação de médicos plantonistas ou de outras especialidades.

5.2.3. A sede da CONTRATADA deverá estar localizada no município de Dourados/MS, de modo a permitir o rápido deslocamento dos pacientes. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento de todos os recursos humanos, medicamentos, insumos e equipamentos específicos necessários à realização das avaliações e procedimentos oftalmológicos, incluindo, no mínimo: consultório e sala de pequenos procedimentos equipados com lâmpada de fenda, tonômetro, oftalmoscópio, projetor de optótipos, material para exame de acuidade visual e demais instrumentos necessários à execução de intervenções oftalmológicas.

5.3. Equipamentos mínimos necessários a serem garantidos na sede da contratada:

- Lâmpada de fenda
- Tela com optótipos para exame da acuidade visual
- Auto refrator
- Oftalmoscópio indireto + lente de 20Dioptias (para exame de mapeamento de retina).

5.4. Medicamentos e insumos necessários a serem fornecidos pela contratada quando o atendimento ao paciente ocorrer em seu consultório ou no Hospital da vida:

- Colírio Anestésico
- Colírio Fluoresceína
- Colírio Tropicamica (mydriacyl)
- Agulha insulina para retirada de corpo estranho
- Gaze + micropore para curativo (Apenas deverá ser garantido o fornecimento durante o atendimento do paciente na sede da CONTRATADA, quando o paciente estiver na unidade do Hospital da Vida, não será necessário o fornecimento de (Gaze + micropore para curativo).

5.4.1. Observação: Após a avaliação do paciente na SEDE DA CONTRATADA ou HOSPITAL DA VIDA, os demais medicamentos e insumos que se fizerem necessários durante a internação do paciente serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

5.5. Equipamentos mínimos necessários a serem garantidos se necessário em atendimento no hospital da vida:

- Oftalmoscópio indireto + lente de 20Dioptias (para exame de mapeamento de retina)

5.6. A CONTRATADA deverá atender todas as intercorrências e avaliações solicitadas pelo Hospital da Vida e dos pacientes provenientes da Central de Regulação de Leitos, garantindo atendimento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, observando os seguintes prazos de resposta:

- Até 30 (trinta) minutos para casos de emergência;
- Até 2 (duas) horas para casos de urgência;
- Até 6 (seis) horas para demais atendimentos, como consultas interclínicas.

5.7. A CONTRATADA deverá atender toda a demanda de pacientes que necessitem de avaliação oftalmológica, seja durante internação pela própria especialidade ou por outras, nas clínicas médica e cirúrgica, dentro da capacidade operacional da instituição e conforme a classificação de urgência e emergência, responsabilizando-se também pelo encaminhamento dos casos não urgentes aos serviços de referência.

5.8. A CONTRATADA deverá assegurar atenção contínua a todos os pacientes internados sob sua responsabilidade que tenham sido submetidos a procedimentos terapêuticos oftalmológicos nas unidades estabelecidas.

5.9. A CONTRATADA deverá realizar procedimentos como: consultas e avaliações oftalmológicas, retirada de corpo estranho ocular, tratamento de traumas oculares, queimaduras químicas e lesões agudas, controle de hemorragias e infecções oculares, além de procedimentos oftalmológicos de baixa e média complexidade.

5.10. Os casos de procedimentos de alta complexidade, como descolamento de retina e perfuração ocular, o encaminhamento deverá ser realizado pela equipe médica da CONTRATADA, por meio da Central Estadual de Regulação de Leitos, conforme os protocolos institucionais vigentes.

5.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo acompanhamento do paciente desde a regulação médica, admissão na sala de emergência ou internação, até a alta hospitalar, em todos os dias da semana, inclusive feriados, bem como pelo pós-operatório. Os pacientes internados na especialidade de oftalmologia serão de total responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser acompanhados exclusivamente pelos médicos de sua equipe.

5.12. A CONTRATADA deverá realizar visitas médicas diárias a todos os pacientes internados sob cuidados oftalmológicos, independentemente do setor, para efetuar prescrições médicas, atender intercorrências e prestar informações aos pacientes e/ou acompanhantes acerca do quadro clínico e do plano terapêutico. Sempre que necessário, ou em caso de novas admissões, os profissionais da CONTRATADA deverão realizar visitas adicionais à unidade hospitalar, quando convocados, para proceder às avaliações requeridas.

5.13. Compete ainda à CONTRATADA:

5.13.1. Avaliar pacientes internados sob os cuidados de outras especialidades, emitindo pareceres técnicos no âmbito da oftalmologia;

5.13.2. Acompanhar a evolução clínica dos pacientes e prestar apoio interdisciplinar às equipes de atenção horizontal;

5.13.3. Realizar avaliações diárias dos pacientes internados no período matutino e elaborar as prescrições médicas dentro do prazo estabelecido pela unidade;

5.13.4. Executar a alta hospitalar e os encaminhamentos necessários, integrando-se à equipe multiprofissional.

5.13.5. A CONTRATADA deverá preencher todos os documentos médicos e administrativos referentes ao paciente de forma clara, completa e objetiva, no prazo máximo de 06 (seis) horas após a internação, incluindo: Admissão (AIHs e adendo de internação); Internação (anamnese, exame físico, evolução diária, solicitações de exames e interconsultas, receitas, entre outros); Alta hospitalar (resumo de alta).

5.13.6. Todos os documentos deverão estar devidamente assinados e carimbados, em conformidade com as normas administrativas da Instituição e dos órgãos de fiscalização competentes.

5.13.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe composta por, **no mínimo, 2 (dois) médicos oftalmologistas**, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM) e com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), garantindo atendimento em regime de sobreaviso 24 (vinte e quatro) horas, para composição da escala mensal de trabalho.

5.13.8. É vedada a cobrança de qualquer valor aos pacientes atendidos. A CONTRATADA será responsável por cobranças indevidas realizadas por seus profissionais ou prepostos.

5.13.9. A CONTRATADA é exclusivamente responsável pela contratação e gerenciamento de pessoal necessário à execução dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, sem transferência de ônus ao CONTRATANTE.

5.13.10. Cabe à CONTRATADA substituir os profissionais durante ausências, férias ou afastamentos, mantendo o mesmo nível de qualificação e garantindo que estejam vinculados ao CNES da unidade contratada.

5.13.11. A CONTRATADA organizará a dinâmica de atendimento de acordo com os fluxos já existentes na Instituição, assegurando suporte à vida.

5.13.12. A substituição de profissionais deverá ser imediata e irrevogável, com comunicação formal à CONTRATANTE, inclusive por e-mail.

5.13.13. A CONTRATADA deverá participar da elaboração e revisão de protocolos clínicos, seguir normas assistenciais e administrativas, e cumprir a legislação aplicável ao SUS e demais normas de saúde.

5.13.14. A CONTRATADA emitirá e responderá, sempre que solicitada, a requisições periciais.

5.13.15. É obrigação da CONTRATADA manter a documentação atualizada no prontuário do paciente e utilizar o sistema informatizado da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (FUNSAUD).

5.13.16. Prescrições médicas, solicitações de exames, procedimentos e encaminhamentos deverão ser registrados no sistema da FUNSAUD ou em formulários por ela fornecidos.

5.14. Prevenção e Controle de Infecções

- 5.14.1.** Devem ser seguidas as diretrizes de controle de infecções da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).
- 5.14.2.** Normas e rotinas assistenciais deverão ser validadas previamente pela CCIH.
- 5.14.3.** A equipe médica deverá colaborar com a CCIH em ações de vigilância epidemiológica e controle de infecções.
- 5.14.4.** É obrigatória a adesão às medidas de precaução padrão e específicas (contato, gotículas e aerossóis).
- 5.14.5.** A equipe médica deve promover o uso racional de antimicrobianos em conjunto com a CCIH, Farmácia Hospitalar e Microbiologia.

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** Em caso de necessidade de ação imediata, a CONTRATANTE poderá convocar um representante da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá, previamente, designar um responsável para executar as providências solicitadas.
- 6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a FUNSAUD poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.5.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.6.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratado.
- 6.7.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.9.** As atividades do fiscal técnico serão conduzidas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 21 do Decreto Municipal nº 2.097 de 23 de março de 2023. Este artigo define que o fiscal técnico tem como atribuição principal o acompanhamento detalhado da execução do objeto contratual, assegurando que os serviços ou produtos entregues atendam aos requisitos técnicos especificados no contrato.

- 6.9.1.** A Fiscalização Técnica ficará a cargo do Diretor Médico **Gecimar Teixeira Junior** e o do Diretor Clínico **José Raul**.

Fiscalização Administrativa

- 6.10.** As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

6.10.1. A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino e Gisele Manvailer Silva.**

Gestor do Contrato

6.11. As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

6.11.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos **Leila Lara Silva Escobar Tavares.**

7. Critérios de medição e pagamento

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1. não produziu os resultados acordados;

7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do Recebimento

7.3. Os serviços serão atestados provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.4. O prazo disposto no item anterior será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança oriunda do contratado, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.

7.9.1. Quando forem detectadas inconsistências, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA, que terá prazo de até 3 (três) dias para apresentar as correções e/ou justificativas.

7.9.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, ou imediatamente, a depender do caso os motivos que impossibilitem o cumprimento da obrigação no prazo previsto, com a devida comprovação.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Sendo concedido à contratada o prazo de até 3 (três) dias, a contar da notificação, para correção.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. (Art. 20, VIII, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023);

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º do Decreto nº 2.894, de 19 de janeiro de 2024.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. o prazo de validade;

7.18.2. a data da emissão;

7.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. o valor a pagar; e

7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação formal pela contratante, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do Prazo de Pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º, do Decreto nº 2.894, de 19 de janeiro de 2024.

7.27. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **IPCA** – é o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**.

Da Forma de Pagamento

7.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de **menor preço**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos

Habilitação jurídica

8.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

8.3.7. Caso o fornecedor seja isento de tributos Estadual ou Municipal, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva;

8.3.8. O MEI que pretenda obter os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Certidão negativa de insolvência civil, caso se trate de pessoa física ou sociedade simples;

8.4.2. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Crédito;

a. Caso a certidão não mencione prazo de validade, será considerado o prazo de 60 dias a contar da emissão;

b. Em caso de recuperação judicial/extrajudicial, poderá ser apresentada certidão positiva com os seguintes documentos:

- (i) Certidão judicial atestando aptidão para participar de licitação;
- (ii) Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação (Lei 11.101/2005, art. 58);
- (iii) Comprovação de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial.

8.4.3. Balanço patrimonial, demonstrações contábeis do último exercício, comprovando:

8.4.3.1. Índices LG, LC e SG superiores a 1;

8.4.3.2. Empresas criadas no exercício da licitação podem apresentar balanço de abertura;

8.4.3.3. Empresas com menos de 2 anos: exigência limitada ao último exercício;

8.4.3.4. Exigência conforme limite da Receita Federal para entrega da ECD ao SPED.

8.4.4. Caso qualquer índice seja igual ou inferior a 1, poderá ser exigido capital mínimo de até 10% do valor estimado da contratação;

8.4.5. O atendimento deverá ser atestado por profissional habilitado da contabilidade.

8.5. Qualificação Técnica

8.5.1. Declaração de conhecimento das condições locais para execução do objeto.

8.5.1.1. Pode ser substituída por declaração do responsável técnico do licitante.

8.5.2. Registro da empresa na entidade profissional competente;

8.5.2.1. No caso de empresa estrangeira, apresentação do pedido de registro no momento da assinatura do contrato.

8.5.3. Comprovação de aptidão técnica com apresentação de atestados contendo:

8.5.3.1. Razão social, CNPJ e contato do órgão ou empresa emissora;

8.5.3.2. Descrição do objeto contratado;

8.5.3.3. Período de execução;

8.5.3.4. Nome e assinatura do responsável;

8.5.3.5. Os atestados devem estar relacionados com atividade principal ou secundária no contrato social.

8.5.4. Atestados técnicos podem ser apresentados pela matriz ou filial;

8.5.4.1. O licitante deverá apresentar documentos que comprovem a legitimidade dos atestados, se solicitado.

8.5.5. Em até 7 dias corridos após assinatura do contrato, a licitante deverá apresentar a relação dos profissionais do corpo clínico com respectivos dados e documentos:

I. Curriculum Vitae;

II. Cópia autenticada do Diploma Médico Frente e Verso do(s) Profissional(is) que prestará(ão) o serviço

III. Cópia autêntica de Comprovação de especialidade em Oftalmologia;

IV. Comprovante de registro e regularidade junto ao CRM;

V. Cópia do RG, CPF, Título de Eleitor, Comprovante de residência, Cartão SUS

VI. Registro de Qualificação de Especialista (RQE) no Conselho Regional de Medicina (CRM), para fins de comprovação que o profissional que executará o serviço possua formação na área médica em Oftalmologia.

VII. Comprovar o vínculo do(s) profissionais que prestarão o serviço com a proponente através de pelo menos um dos documentos abaixo:

- a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado;
- b) Cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
- c) Cópia do Contrato Social em se tratando de empresa S.A, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor;
- d) Cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o preponente.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 348.246,50

9.1. Os valores estimados estão compatíveis com o praticado no mercado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços e Planilha de Orçamento Média, anexo aos autos deste processo.

9.2. Foram realizados pesquisas de preços de acordo com o que dispõe do Decreto Municipal 787/2021 emitido pela Prefeitura Municipal que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e serviços pelo Município de Dourados e suas autarquias e fundações.

9.3. A pesquisa de preços procurou abranger a maior quantidade de fontes possíveis, de modo a permitir que a pesquisa de preços refletisse o mais próximo dos valores realizados no mercado.

9.4. Dos valores obtidos foram realizados o cálculo da média simples, desvio padrão, limite superior e inferior, e ao final a média saneada, realizando a exclusão dos valores que constam abaixo ou acima dos limites estabelecidos.

9.5. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 348.246,50 (Trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR DO PLANTÃO	VALOR TOTAL
1	12920	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos na especialidade de Oftalmologia, destinados ao atendimento de pacientes do Hospital da Vida.	Plantão Sobreaviso	365	R\$. 954,10	R\$. 348.246,50

****EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTE NOS ANEXOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA E O RESPECTIVO CÓDIGO DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS(CATSERV) DO COMPRASNET, PREVALECEM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.****

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

10.1.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209 /2022/SEMS/PMD de 05/08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 106/2020 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

11. Alinhamento entre Contratação e o PCA

11.1. No ano 2025 não foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2026, todavia o mesmo não previu a contratação do **Serviço de Oftalmologia**.

11.2. A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados, para o ano de 2026 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

11.3. Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

11.4. O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em vacatio legis, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

11.5. Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual, em 2026 para valer no ano de 2027.

12. Obrigações do Contratante e Contratado

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. A CONTRATADA deverá atender toda a demanda de pacientes que necessitem de avaliação oftalmológica, seja durante internação pela própria especialidade ou por outras, nas clínicas médica e cirúrgica, dentro da capacidade operacional da instituição e conforme a classificação de urgência e emergência, responsabilizando-se também pelo encaminhamento dos casos não urgentes aos serviços de referência

12.2. A CONTRATADA deverá assegurar atenção contínua a todos os pacientes internados sob sua responsabilidade que tenham sido submetidos a procedimentos terapêuticos oftalmológicos nas unidades estabelecidas.

12.3. A CONTRATADA deverá realizar procedimentos como: consultas e avaliações oftalmológicas, retirada de corpo estranho ocular, tratamento de traumas oculares, queimaduras químicas e lesões agudas, controle de hemorragias e infecções oculares, além de procedimentos oftalmológicos de baixa e média complexidade.

12.4. Os casos de procedimentos de alta complexidade, como descolamento de retina e perfuração ocular, o encaminhamento deverá ser realizado pela equipe médica da CONTRATADA, por meio da Central Estadual de Regulação de Leitos, conforme os protocolos institucionais vigentes.

12.5. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo acompanhamento do paciente desde a regulação médica, admissão na sala de emergência ou internação, até a alta hospitalar, em todos os dias da semana, inclusive feriados, bem como pelo pós-operatório.

12.6. Os pacientes internados na especialidade de oftalmologia serão de total responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser acompanhados exclusivamente pelos médicos de sua equipe.

12.7. A CONTRATADA deverá realizar visitas médicas diárias a todos os pacientes internados sob cuidados oftalmológicos, independentemente do setor, para efetuar prescrições médicas, atender intercorrências e prestar informações aos pacientes e/ou acompanhantes acerca do quadro clínico e do plano terapêutico. Sempre que necessário, ou em caso de novas admissões, os profissionais da CONTRATADA deverão realizar visitas adicionais à unidade hospitalar, quando convocados, para proceder às avaliações requeridas.

12.8. Compete ainda à CONTRATADA:

12.8.1. Avaliar pacientes internados sob os cuidados de outras especialidades, emitindo pareceres técnicos no âmbito da oftalmologia;

12.8.2. Acompanhar a evolução clínica dos pacientes e prestar apoio interdisciplinar às equipes de atenção horizontal

12.8.3. Realizar avaliações diárias dos pacientes internados no período matutino e elaborar as prescrições médicas dentro do prazo estabelecido pela unidade;

12.8.4. Executar a alta hospitalar e os encaminhamentos necessários, integrando-se à equipe multiprofissional.

12.8.5. A CONTRATADA deverá preencher todos os documentos médicos e administrativos referentes ao paciente de forma clara, completa e objetiva, no prazo máximo de 06 (seis) horas após a internação, incluindo:

12.8.6. Admissão (AIHs e adendo de internação);

12.8.7. Internação (anamnese, exame físico, evolução diária, solicitações de exames e interconsultas, receitas, entre outros);

12.8.8. Alta hospitalar (resumo de alta).

12.9. A CONTRATADA deverá ainda participar das comissões permanentes da instituição, conforme as normas do Regimento Interno do Corpo Clínico, e prestar os serviços médicos de acordo com os princípios do Programa de Humanização, assegurando um atendimento ético, técnico e humanizado aos pacientes e seus familiares.

12.10. Apresentar relatórios, prontuários ou informações necessárias à fiscalização, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

12.11. Esclarecer de imediato aos responsáveis pelos pacientes sobre seus direitos e justificativas técnicas para a não realização de qualquer procedimento.

12.12. Todos os documentos deverão estar devidamente assinados e carimbados, em conformidade com as normas administrativas da Instituição e dos órgãos de fiscalização competentes

12.13. A CONTRATADA será responsável por avaliar e acompanhar os pacientes, prestando apoio interdisciplinar à equipe de Atenção Horizontal e sendo responsável pela alta hospitalar.

12.14. Realizar atendimentos conforme os protocolos e diretrizes clínicas do Hospital da Vida, participando na elaboração e revisão de protocolos e ações permanentes da instituição.

12.15. Não utilizar pacientes para experimentação e restringir os procedimentos às práticas reconhecidas pelos Conselhos de Classe.

12.16. Fornecer ao paciente ou seu responsável, orientações por escrito para cuidados pós-alta.

12.17. Não compartilhar credenciais ou dispositivos de autenticação fornecidos para uso exclusivo dos serviços, assumindo total responsabilidade por seu uso.

12.18. Assumir a responsabilidade pela troca de plantão, garantindo o repasse adequado de informações dos pacientes.

12.19. Trabalhar de forma integrada com a Ouvidoria SUS e responder dentro do prazo estipulado a quaisquer manifestações.

12.20. Garantir atenção continuada aos pacientes submetidos a ações terapêuticas, clínicas ou cirúrgicas da especialidade.

12.21. Manter a qualidade dos serviços, estando sujeita à fiscalização permanente da FUNSAUD.

12.22. Informar à FUNSAUD sobre qualquer alteração que impacte a qualificação de profissionais ou serviços prestados.

12.23. Participar de treinamentos e reuniões obrigatórias, conforme estipulado pela CONTRATANTE.

12.24. Garantir a alimentação de dados no sistema informatizado do hospital, conforme exigido, e providenciar documentação quando solicitado.

12.25. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos aos seus empregados.

12.26. Organizar a dinâmica de atendimento conforme os fluxos de trabalho praticados pela instituição, garantindo suporte ao paciente.

12.27. Substituir imediatamente qualquer profissional quando solicitado, garantindo a continuidade do serviço, e informar por escrito à CONTRATANTE.

12.28. Fornecer relatórios técnicos à CONTRATANTE para auditoria e verificação da qualidade dos atendimentos e conformidade com a legislação vigente.

12.29. Informar, no prazo de até 30 (trinta) dias, sobre qualquer alteração no contrato social, com a documentação comprobatória registrada nos órgãos competentes.

12.30. Manter os profissionais médicos devidamente registrados no Conselho de Classe e no CNES.

12.31. Elaborar e atualizar protocolos de atendimento, conforme as diretrizes da CONTRATANTE.

- 12.32.** A CONTRATADA deverá disponibilizar a escala do mês subsequente, contendo o telefone de contato dos médicos em sobreaviso.
- 12.33.** Participar de treinamentos, palestras, seminários e reuniões clínicas quando solicitado pela CONTRATANTE.
- 12.34.** Cumprir todas as disposições e prazos estabelecidos no contrato.
- 12.35.** Observar todas as legislações pertinentes, incluindo normas ambientais e de segurança.
- 12.36.** Informar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade na execução dos serviços.
- 12.37.** Participar da elaboração e revisão de protocolos e diretrizes terapêuticas, seguindo as normas assistenciais e administrativas da CONTRATANTE.
- 12.38.** Responder civil, penal e administrativamente por danos causados a pacientes em decorrência de ação ou omissão na prestação dos serviços.
- 12.39.** Elaborar mensalmente e enviar a escala de profissionais até o 20º (vigésimo) dia do mês anterior, em formato digital e físico assinado.
- 12.40.** Obter autorização prévia da CONTRATANTE para a instalação de equipamentos nos setores assistenciais ou administrativos.
- 12.41.** Todos os impressos utilizados pela CONTRATADA deverão ser emitidos em papel timbrado da CONTRATANTE.
- 12.42.** Permitir auditorias a qualquer momento, sem aviso prévio, pela CONTRATANTE, com relação aos atendimentos médicos.
- 12.43.** Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações confidenciais relacionadas ao contrato e à CONTRATANTE.
- 12.44.** Observar e aplicar os princípios do Código de Ética Médica, realizando os atendimentos conforme o Programa de Humanização e priorizando o atendimento humanizado.
- 12.45.** Realizar procedimentos com base nas melhores evidências científicas e conforme as orientações da CONTRATANTE.
- 12.46.** A CONTRATADA deverá realizar a execução dos serviços de acordo com critérios e diretrizes estabelecidos neste Termo de Referência, em consonância com as Normas e Resoluções do Conselho Federal de Medicina e dos demais Conselhos de Classe dos quais fazem parte os profissionais envolvidos na prestação do referido serviço.
- 12.47.** A CONTRATADA prestará o serviço de atendimento na especialidade médica em caráter de urgência e emergência, nos procedimentos que se fizerem necessários após avaliação das condições operacionais da Instituição, assumindo toda a responsabilidade do paciente, desde a regulação médica, admissão na sala de Emergência ou internação de rotina, até a alta hospitalar ou destino final do cliente, todos os dias da semana, inclusive feriados.
- 12.48.** A CONTRATADA deverá realizar toda demanda de urgência e emergência e os demais casos de referência da unidade, bem como solicitar o encaminhamento para outra unidade dos pacientes que não puderem ser tratados nessa instituição.
- 12.49.** Não compartilhar senhas, códigos, tokens, crachás, cartões de acesso ou quaisquer outros meios, credenciais ou dispositivos de autenticação que tenham sido fornecidos para uso exclusivo de serviços, cuja utilização ocorrerá sob a total responsabilidade da contratada.
- 12.50.** A CONTRATADA será responsável pela troca de plantão, repassando todos os pacientes mantidos em observação ao profissional médico que vier a assumir o plantão subsequente.
- 12.51.** A CONTRATADA deverá disponibilizar as informações necessárias e trabalhar de forma integrada com a Ouvidoria SUS, respondendo no prazo determinado as manifestações encaminhadas.
- 12.52.** A CONTRATADA deverá assegurar atenção continuada a todos os pacientes que sejam submetidos a ações terapêuticas clínicas ou cirúrgicas desta especialidade.
- 12.53.** Manter a qualidade dos serviços e sujeitar-se à fiscalização permanente da FUNSAUD.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 12.54.** Exigir o cumprimento das obrigações contratuais da CONTRATADA, conforme estipulado no contrato e seus anexos.
- 12.55.** Receber o objeto do contrato conforme o prazo e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 12.56.** Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer vícios, defeitos ou incorreções, solicitando correções ou substituições, às expensas da CONTRATADA.
- 12.57.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestando na nota fiscal/fatura a efetiva prestação dos serviços.
- 12.58.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato.
- 12.59.** Aplicar sanções à CONTRATADA em caso de descumprimento das obrigações contratuais.
- 12.60.** Notificar a CONTRATADA sobre solicitações, reclamações ou requerimentos pertinentes à execução do contrato.
- 12.61.** Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 12.62.** Supervisionar, monitorar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, comunicando formalmente eventuais deficiências.
- 12.63.** Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados.
- 12.64.** Aferir a qualidade do atendimento prestado pelos profissionais médicos da CONTRATADA, solicitando substituições quando necessário.
- 12.65.** Informar à CONTRATADA, por escrito, as razões para a rejeição de serviços contratados.
- 12.66.** Designar servidor para acompanhamento e fiscalização do contrato, atestando a execução do objeto contratual.
- 12.67.** Comunicar à CONTRATADA sobre eventuais glosas nas faturas de pagamento.
- 12.68.** Adotar as providências necessárias para garantir a plena realização dos serviços, conforme regulamentos, ordens de serviço e autorizações internas.

13. Reajuste

- 13.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- 13.2.** Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 13.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

14. Infrações e Sanções Administrativas

- 14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii.** Multa, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas, previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021;
- iii.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g” do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k” do subitem acima deste termo de referência, bem como nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3. Por atraso injustificado na execução do contrato:

- a)** Multa moratória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), por dia, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b)** Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

14.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a)** Advertência, por escrito, nas faltas leves.
- b)** Multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pela fornecedora.
- I.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto.
- II.** Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- III.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento dos prazos relativos à apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual;
- IV.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

V. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VI. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VII. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VIII. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

IX. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.5. A multa de mora será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no edital e/ou contrato.

§ 1º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido, o gestor do contrato deverá comunicar ao Setor Demandante, motivadamente, se persiste o interesse na contratação.

§ 2º A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação vigente.

§ 3º A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

14.6. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.1. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. Justificativa para o parcelamento ou não

15.1. Nos termos do art. 16, XV, do Decreto Municipal nº 2.120/2023, a justificativa quanto ao parcelamento da contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP constante dos autos.

15.2. Conforme demonstrado no referido estudo, concluiu-se pela **não adoção do parcelamento**, tendo em vista a natureza contínua do serviço, a necessidade de cobertura ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana) e a impossibilidade de fracionamento dos plantões sem prejuízo à adequada execução contratual, caracterizando o objeto como serviço único e integrado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GECIMAR TEIXEIRA JUNIOR

Diretor Técnico Médico



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:50:11.

JOSE RAUL ESPINOSA CACHO

Diretor Clínico



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:44:13.

Despacho: Revisado por:

MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO

Supervisora de Compras



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:31:17.

Despacho: Analisado por:

MARCIO ROMEIRO DE AVILA

Coordenador de Planejamento e Compras



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 10:00:29.

Despacho: Autorizado por:

MARIA IZABEL DE AGUIAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:35:47.